



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: SONAIRA FERNANDES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 16 de Outubro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

21447

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Boa noite pessoal. Vamos dar início à audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal. Quero saudar a todos os que estão de forma presencial e também de forma *on-line*.

Na qualidade de membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e Presidente desta audiência, declaro abertos os trabalhos da 9ª audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, de 2025, convocada para hoje, 16 de outubro de 2025, com o tema Plano Nacional de Educação em Debate, nos termos do Requerimento nº 11/2025, de minha autoria.

Informo que essa reunião está sendo transmitida pelo *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para participação por videoconferência puderam ser efetuadas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. E, a partir deste momento, estão abertas as inscrições à participação presencial, ou seja, as pessoas que desejarem fazer seus depoimentos, suas contribuições, também podem se inscrever na secretaria da comissão.

Esta audiência tem como objetivo debater o Plano Nacional de Educação que está sendo apreciado no Congresso Nacional e que influenciará a educação pública do país, dos estados e, claro, no nosso Plano Municipal de Educação, por isso é muito importante que se faça essa discussão, que se ouça as pessoas, ouça os alunos e os professores, bem como a sociedade civil, a academia, os fóruns permanentes de defesa da educação pública do nosso país e, assim, possamos levar essas demandas no sentido de aprimorar o texto que está sendo apresentado, evoluindo, portanto, para uma educação pública de qualidade.

Foram convidados para esta audiência pública: a Secretaria Municipal de Educação, cujos representantes estão presentes de forma *on-line*; a União Nacional dos Direitos Municipais da Educação – UNDIME; a Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Educação – ANPEd, com representação de forma *on-line*; o Ministério da Educação, cujos membros representativos estão também de forma *on-line*; a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo; o Conselho Nacional de Educação; o Fórum Nacional de Educação, este com representante confirmado de forma *on-line*; e a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21447** DATA: **16/10/2025** FL: **2** DE 47

Ministério Público Federal, através de seus membros representantes; e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Destaco ainda que é nossa convidada a Professora e Deputada Federal Luciene Cavalcante, que é membro titular do Grupo de Estudos da comissão que está analisando o Plano Nacional de Educação, em Brasília. Ela é membro titular da comissão e, logo mais, chegará, vinda diretamente do Distrito Federal para participar desta audiência pública, trazendo a participação dela no Congresso, o que tem vivido e as emendas que apresentou. A Professora Deputada Luciene nos contará as intervenções que tem feito.

Ela faz parte do Coletivo Educação em Primeiro Lugar, junto com o Professor e Deputado Estadual Carlos Giannazi, o qual também foi convidado e estará presente, logo mais, na Casa. Ele tem atuado também, na Assembleia Legislativa, nas audiências públicas, discutindo, igualmente, o orçamento da educação.

Também foram convidados: a APROFEM, o Sindsep e o SINESP. Recebemos a informação de que a Presidente Norma está a caminho desta audiência pública, ela que vem de Brasília também, onde houve muitos enfrentamentos.

Ainda convidamos o SINPEEM; o SEDIN; a Promotoria de Direitos Humanos do Estado de São Paulo; e a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB.

Então são esses os convidados, a quem agradecemos e faremos uma introdução, rapidamente, para que possamos chamar os inscritos, assim, cada pessoa poderá falar, trazer sua contribuição.

Aproveito para saudar a presença das escolas presentes, seus professores, os profissionais da educação e os alunos. Saúdo as entidades escolares que deram seus nomes à nossa secretaria: a Escola Estadual Dona Prisciliana Duarte de Almeida e a EMEF João Sussumu Hirata. Sejam bem-vindos a esta Casa. A participação de vocês nesta audiência pública é muito fundamental, pois são vocês que vivem o chão da escola, sabem das necessidades da educação pública. Muito importante mesmo a participação de vocês. Parabéns pelas presenças. (Palmas)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 3 DE 47

Estou vendo, ali, o Professor Paulo, os alunos da Educação de Jovens e Adultos, EJA. A Educação de Jovens e Adultos é uma das pautas de todos os planos de educação: nacional, estadual e municipal. Vamos falar sobre essa modalidade. Aliás, é uma das metas para melhorar essa condição e teremos oportunidade de falar como é a nossa vivência sobre essa questão na cidade de São Paulo. Não só do Município, como também no Estado de São Paulo.

Quero informar que a nossa Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a Vereadora Sonaira Fernandes, em função de outros compromissos, não pôde estar presente, razão pela qual presidierei nossa audiência pública para que tenhamos êxito nessa iniciativa.

Volto a dizer às pessoas que nos acompanham neste momento: estamos discutindo o Plano Nacional de Educação, plano previsto na Constituição Federal para orientar e criar metas na educação. Ele estabelece as metas, as estratégias para os próximos dez anos. Então, de dez em dez anos, fazemos a revisão do Plano Nacional de Educação. O último plano apresentado foi em 2014, que valeu, portanto, de 2014 a 2024, quando recebeu uma lei que prorrogou as discussões para este momento, dezembro de 2025. Por isso está sendo apresentado, agora, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, o novo Plano Nacional para o próximo período que vai de 2025 até 2035. Então, toda nossa discussão e tudo que pretendemos implementar diz respeito aos próximos dez anos, ou seja, de 2025 a 2035.

É bom que saibamos o que está estabelecido na Constituição Federal, no Art. 214: “A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal...”, a cada dez anos, dura dez anos esse plano, “...com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração, e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam as metas que estão previstas na Constituição Federal: erradicação do analfabetismo...”, os objetivos, ou seja, para que se acabe de vez com o analfabetismo no nosso país, esse que é um dos princípios consignados no plano, pela Constituição Federal,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 4 DE 47

nesse artigo 214, "...a universalização do atendimento escolar...", para que ele seja universal e, claro, alcance a todos e a todas, "...a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica do país, o estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação como promoção do Produto Interno Bruto". Então, existe um percentual do PIB nacional, do recurso que temos de produção do País para investimento na educação brasileira.

Esse é mais um motivo da nossa luta: para que 10% de tudo o que foi arrecadado, que esteja em nosso PIB, seja aplicado em educação e, assim, de fato, ofereçamos uma educação pública que alcance todos os segmentos, que alcance todas as pessoas, que seja universal.

Estou vendo em nossa lista, peço desculpas, esqueci de anunciar a presença da Cláudia Dalevedo dos Reis, que está representando o gabinete do Vereador Eliseu Gabriel, nosso Colega que é também membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal.

Aproveito para agradecer ao João, da APROFEM, presente de forma *on-line*. Daqui a pouco lhes passamos a palavra. (Pausa)

Só completando, então, tudo que estamos vivendo, neste momento, na educação nacional, estadual e municipal, diz respeito a esse plano que foi discutido em 2014. Então, de lá para cá, muitas situações aconteceram, muitas metas, muitos objetivos que foram traçados em 2014 não foram cumpridos por diversos fatores. Primeiro, porque houve uma descontinuidade no sistema democrático, houve um golpe no nosso país em 2016, quando foi interrompido esse processo. Os governos que sucederam a Presidente Dilma naquela época, de 2016, foram os Governos Temer e Bolsonaro e eles descontinuaram muitas políticas públicas traçadas no Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014. Em função dessa descontinuidade, muitas das metas não conseguimos alcançar.

É importante falarmos sobre isso e temos de levar isso em consideração, ou seja, a descontinuidade das políticas públicas no nosso país, pois, por exemplo, o próprio Ministério da

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 5 DE 47

Educação foi sucateado no Governo Bolsonaro. Foi quase extinto no País. Não foi exatamente extinto, mas serviu de preenchimento para cargos políticos, sem nenhum interesse convicto ou concreto na defesa da educação pública do Brasil. Então houve um prejuízo muito grande para todo o sistema educacional com os Governos Temer e Bolsonaro. Nesse sentido, mais uma vez, é importante retomar isso agora enquanto realizamos esta discussão.

Vale lembrar que tivemos, de 2020 até meados de 2022, a pandemia da Covid, a qual mudou a vida de todos, tanto os profissionais da educação e alunos, quanto todos os cidadãos. Na verdade, mudou toda essa convivência. Tivemos de nos adaptar, inclusive, às novas tecnologias não disponíveis, até então, nas escolas, fossem municipais ou estaduais. Ainda não temos toda tecnologia, diga-se de passagem. De qualquer forma, isso também influenciou muito a realização dos planos estabelecidos em 2014. Fomos prejudicados por todos esses fatores que elenquei.

Vamos lá. O novo plano tem 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias para que cheguemos a vários assuntos dos diversos níveis da educação: infantil, EJA, escola integral, tempo integral nas escolas, na remuneração e valorização dos profissionais da educação, igualmente estabelecidos nas metas. O plano elenca vários pontos que precisam ser debatidos e estão estabelecidos nesses objetivos e nas metas previstas para o período de 2025 a 2035.

Daí ser significativo trazer tudo isso para a realidade que temos e a participação de vocês é considerável devido ao fato de encontrarmos a insuficiência de recurso público tanto do Governo do Estado, pois vemos isso na rede estadual, como também na rede municipal. Todos percebemos que as escolas estão sucateadas. Lutamos por concursos públicos que não foram realizados e outros tantos, que até foram feitos, mas não houve a convocação dos aprovados. São mais fatores que fazem com que não consigamos atingir essas metas do Plano Nacional de Educação. É justamente para isso que o debate nesta audiência é imprescindível e estamos reunidos aqui.

Acabo de receber a informação da chegada do Professor e Deputado Estadual Carlos Giannazi, a quem convido, neste momento, para compor a Mesa. (Palmas)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 6 DE 47

O nosso Deputado faz o debate há muito tempo, ele que foi Vereador na Câmara Municipal por dois mandatos, e hoje está na Assembleia Legislativa, cumprindo seu quinto mandato. Ele é professor, como já disse, é diretor de escola, vem lutando em defesa da educação pública, então conhece muito, já participou dos planos de educação tanto municipal, quanto estadual e nacional, portanto, possui vasta experiência na educação e tem contribuído conosco há bastante tempo nesse debate.

A ideia é que possamos levar demandas, que possamos sair daqui com ações, com propostas contributivas tanto para o plano nacional, que é foco desta audiência, como também para o município, pois, chegará o momento de discutir, na Câmara, o Plano Municipal de Educação.

Gostaria de passar já a palavra ao Professor e Deputado Estadual Carlos Giannazi, que estava, há pouco, na Assembleia Legislativa, lutando pelo orçamento da educação do Governo do Estado, para que seja valorizada ainda mais a educação pública no Estado de São Paulo. Por favor, Deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - Boa noite a todos e a todas. Cumprimento todas as pessoas presentes, o Vereador Celso Giannazi, proponente junto à Deputada Federal Luciene Cavalcante desta importante audiência pública para debater um tema fundamental na ordem do dia, que é a construção e aprovação do Plano Nacional de Educação, cuja meta central é apresentar objetivos, estratégias, alvos para a educação nacional.

Já deve ter sido dito que o plano é decenal, com duração, portanto, de dez anos, período fundamental para que tracemos um rumo para educação nacional. E após a aprovação dele, temos de aprovar também os planos municipais, em todas as cidades do Brasil e, claro, os planos estaduais, em todos os estados federativos. Teremos, assim, uma longa jornada de trabalho pela frente para construir todos esses planos de educação.

Realmente, vim correndo para cá, exatamente agora, saindo da Assembleia Legislativa, pois queria muito participar desta reunião com vocês. Estamos discutindo o orçamento estadual para 2026 e lutando muito, na ALESP, para recompor o orçamento que o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 7 DE 47

Governador Tarcísio de Freitas reduziu para o Estado. Ele conseguiu aprovar uma PEC, lá na Assembleia, reduzindo de 30 para 25% o investimento na educação estadual. Isso significa que o Estado de São Paulo vai perder por ano, na área da educação, 11 bilhões de reais. São bilhões, meus caros, não milhões. A escola pública de São Paulo perderá, todos os anos, 11 bilhões de reais.

Então, vejam, se a situação já é péssima, é de calamidade pública, com escolas sucateadas e degradadas, com escolas de lata e com professores que nem ganham o piso nacional salarial, com agentes de organização escolar ganhando, muitas vezes, abaixo do salário-mínimo, a conjuntura ficará muito pior se não revertermos esse quadro. Estava na ALESP justamente para lutar pela recomposição desse, como também de outros orçamentos, como o IANSP, e tantas outras batalhas que travamos, por exemplo, mais investimento na saúde pública do Estado de São Paulo, na assistência social, mais investimento nas ETECs e FATECs, nas universidades públicas do nosso estado, na USP, na Unicamp, na Unesp, para ampliar o número de campus para que a nossa juventude, esses alunos oriundos do ensino médio possam frequentar a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Queremos mais campus universitários, sobretudo, na cidade de São Paulo, da USP. Temos apenas dois campi da USP, o da Cidade Universitária, no Butantã, e o da zona Leste. Desejamos muito um novo campus na zona Sul, na zona Norte, queremos mais campi da USP, da Unesp, tanto na Capital, quanto em todo o estado, logicamente.

Temos de ampliar essas oportunidades para que nossos alunos que saem do ensino médio encontrem espaços nas universidades públicas. Esses nossos alunos não têm condições de pagar uma faculdade cara, então, eles precisam entrar na universidade pública de qualidade, numa FATEC, que possui ensino tecnológico. Essa também tem sido a nossa luta no Estado de São Paulo. Luta essa que tem a ver com a essa busca das metas e ampliar o Plano Estadual de Educação, cujo debate a ALESP já começou e, brevemente, a Câmara Municipal também iniciará, no com seu plano municipal.

Neste momento, o debate é em torno do Plano Nacional de Educação que estabelece

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 8 DE 47

as metas nacionais. Já tivemos um plano nacional aprovado após a Constituição de 1988, aliás, a Constituição de 88 determinou, no capítulo da educação, a aprovação desse plano, quando exigiu que o Brasil tivesse seu Plano Nacional de Educação. E ele só foi aprovado, meu caros, em 2014.

Olha só, a nossa Constituição foi aprovada em 88 e o plano só foi aprovado exatamente em 2014, depois de muita mobilização com a participação do Fórum Nacional, em defesa do magistério, da educação, muitas mobilizações, muitas entidades, a população participando. O Plano foi aprovado e estabeleceu 20 metas para um período de 10 anos.

Acontece que houve uma interrupção no processo. Nós tivemos o golpe parlamentar, em que a Presidenta Dilma foi afastada do cargo, assumiu o Governo Temer e depois veio o Governo Bolsonaro. Então o Plano não foi cumprido. Esse Plano Nacional, que foi aprovado em 2014 pelo Congresso Nacional, no Governo Dilma, mas não tem nada a ver com o Governo Dilma, foi sabotado.

As 20 metas que foram aprovadas não aconteceram, não foram cumpridas. Eram metas importantes, como: a democratização do acesso à educação infantil, na creche, na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino superior, na pós-graduação para mestrado, doutorado; a democratização na área do ensino técnico, tecnológico; a questão da formação, no investimento em formação de professores e professoras, a valorização dos profissionais da educação, que é uma meta importante, também não foi alcançada. Tanto é que o piso nacional do magistério é muito baixo.

Vocês sabem que o piso nacional foi estipulado por uma Lei Federal, a Lei 11.738, que foi aprovada no segundo Governo Lula em 2008. Essa lei estabelece um piso nacional para o magistério por 40 horas e, hoje, esse piso gira em torno de 4.867 reais por 40 horas semanais. É muito baixo esse valor. Temos que aumentar esse valor.

Enfim, todas as metas foram sabotadas. Acho que nenhuma meta foi alcançada por conta dos governos Temer e, depois, Bolsonaro. Houve uma redução do orçamento da educação.

Eu diria que a principal meta que fez parte do Plano de 2014 e tem que fazer neste também que a gente vai aprovar é a meta do financiamento da educação. Essa é a principal, pois trata dos recursos, de onde vem o dinheiro, como a gente vai ter dinheiro para investir na educação pública. Quero dizer que dinheiro tem no orçamento federal, no orçamento municipal de São Paulo e no estadual, a questão é para onde está indo o dinheiro do orçamento público e, sobretudo, o dinheiro da educação.

Mas o que estava determinado no Plano Nacional de Educação, em 2014, é que até 2024, que já passou, o Brasil teria de investir no mínimo 10% do PIB, do Produto Interno Bruto, na educação pública brasileira, tinha um escalonamento. Então, até 2014, nós chegaríamos a 10% da nossa riqueza em educação. O Brasil não investe hoje nem 5% do PIB na educação pública. Então temos uma dívida, temos de aumentar esse percentual e é em educação pública que tem de ser investido esse recurso. Mas essa meta também foi sabotada por esses governos e não conseguimos atender essas exigências que foram aprovadas.

Agora, nós temos que nos recompor e aprovar um novo Plano de Educação que dê conta de todas essas metas que não foram alcançadas e que serão amplamente debatidas. A questão de educação de jovens e adultos, que é uma questão cara para nós, fundamental, prioritária. Nós temos que garantir o atendimento a todas as pessoas que não tiveram acesso à educação básica, sobretudo, no ensino fundamental e ensino médio, em idade própria. Essas pessoas devem ter acesso a uma vaga nessa modalidade de ensino, logicamente, a EJA numa escola municipal ou estadual, como determina a lei. Então tem que ter meta de atender essa exigência constitucional, esse direito constitucional.

Então são várias metas, formação, garantir a gestão democrática da escola pública, acabando com o autoritarismo, com o assédio, com a coação, com as perseguições que existem nas redes públicas de ensino contra professores, contra diretores. Aqui mesmo, o Vereador Celso Giannazi tem acompanhado e lutado muito contra o afastamento de diretores efetivos da rede pública, 25 diretores foram afastados de uma forma autoritária porque têm um trabalho sério, pedagógico e com a comunidade. No Estado está acontecendo a mesma coisa, e é pior

porque é maior, são 5.500 escolas na Rede Estadual de Ensino, com quase quatro milhões de alunos matriculados. Então tudo é maior na Rede Estadual, em que temos mais de 300 diretores afastados, perseguidos pela Secretaria de Educação, pelo empresário da educação que se diz Secretário, mas não é Secretário, o Renato Feder, dono da Multilaser, que só pensa em implantar plataformas digitais na rede estadual, acabando com a autonomia pedagógica dos professores e prejudicando a aprendizagem dos alunos.

Essa questão da tecnologia, de plataformas, tudo isso entra no debate agora do Plano Nacional de Educação, Vereador Celso. Então tem novidades nesse debate, temas que não entraram no debate de 2014. A questão da sustentabilidade ambiental, a questão da infraestrutura das escolas, tudo isso vai entrar no debate agora, a adaptação das escolas à nova realidade climática. Nós temos que adaptar as escolas todas com climatização, com aparelhos de ar-condicionado, com água potável para as comunidades escolares, o arejamento das escolas, uma nova arquitetura para as escolas. Então vai ter muita mudança e muitos temas novos no debate do Plano Nacional de Educação e nos planos municipais e estaduais.

Então esse é o nosso desafio agora, nos organizarmos - para concluir, sei que o meu tempo está esgotado -, haverá uma disputa, porque o lado de lá, a extrema Direita, os fascistas, estarão também presentes nesse debate. Eles querem sabotar esse debate, incluindo na pauta e tentando aprovar propostas contra a educação brasileira. Eles vão, por exemplo, ser contra os 10% do PIB em educação, são contra investimento em educação, querem reduzir o orçamento da educação, como fez o Governo Tarcísio de Freitas, um Governo de extrema Direita, um Governo com forte conotação fascista.

Então é um Governo contra o povo, querem reduzir o orçamento da educação, da saúde, e já falou isso, se for Presidente da República vai diminuir o orçamento, é contra essa vinculação obrigatória na educação, na saúde. Sabemos que os municípios são obrigados a investir, no mínimo, 25% do orçamento em educação, os estados também, a União, no mínimo, 18%. O Governo Tarcísio de Freitas é contra isso, fala que não, que tem que reduzir isso, não tem que ter vinculação obrigatória na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e nas

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 11 DE 47

constituições estaduais. São totalmente contra e vão trabalhar para aprovar propostas semelhantes a essa, para reduzir o orçamento da educação. Por isto estamos aqui: para dizer não. Queremos aumentar o orçamento da educação.

Vão tentar incluir nessa pauta também o debate sobre o que chamam ideologia de gênero, que nem existe, isso é uma balela, uma bobagem que eles inventaram. Vão querer trazer a pauta do Escola sem Partido de novo, para perseguir professores e professoras.

O que está acontecendo em uma cidade em Santa Catarina é um absurdo. Não me lembro o nome da cidade agora, não lembro se é Florianópolis. Mas, enfim, uma cidade em Santa Catarina, numa escola pública, uma professora, uma coordenadora pedagógica estava defendendo uma pessoa trans, um aluno trans, e foi duramente massacrada pelos Vereadores, foi perseguida por pais de alunos ligados ao movimento bolsonarista e extrema Direita. Foi perseguida, o carro dela foi apedrejado nas ruas, um absurdo, começam a perseguir os professores, a criminalizar os professores.

Outro dia fiquei sabendo, Vereador Celso, que uma professora de biologia estava debatendo com os alunos a questão ambiental, a questão do aquecimento global, das mudanças climáticas que são causadas por nós, pelos seres humanos, pela industrialização, pelo nosso modelo de produção, pelo nosso modelo de consumo. E aí pais negacionistas, influenciados também por Vereadores, no interior de São Paulo, foram lá pedir a saída da diretora, dizendo que não há influência nenhuma, são adeptos da Terra plana. Eles acham que a Terra é plana, que a Terra não é redonda, defendem o negacionismo, são negacionistas do clima, são contra a vacina, defendem a cloroquina. É esse pessoal da cloroquina e da Terra plana. E foram pedir a exoneração, a saída de uma professora de biologia formada pela USP, com mestrado na Universidade de São Paulo, olha só o absurdo, no interior paulista acontecendo isso.

É perseguição em cima dos professores. Essa é a pauta deles, não constroem nada, vêm para destruir a educação. Não tem nada de bom que saia dessas pautas, inventam essa questão de ideologia de gênero. E a gente sabe, a escola tem que combater todas as formas de preconceito, de discriminação, tem que combater o racismo, tem que combater a violência contra

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 12 DE 47

as mulheres. Tem que combater também o preconceito contra os homossexuais, contra os trans, contra a comunidade LGBT. Isso é lei, inclusive, hoje, é crime. Vocês sabem que racismo é crime inafiançável no Brasil. E o Supremo também reconheceu que a homofobia e a transfobia são crimes inafiançáveis.

Inclusive, a Deputada Luciene Cavalcante está entrando com uma representação no Ministério Público Federal, em Santa Catarina, contra os Vereadores e contra um pai de aluno que promoveu o linchamento da coordenadora pedagógica, de um professor nessa escola, em Santa Catarina. Eles vão pagar porque são criminosos, o que fizeram, por perseguir a professora e também por crime de transfobia. Tanto os Vereadores envolvidos como um pai que lidera esse movimento.

Tudo isso vai acontecer agora, pessoal, então vamos nos organizar. Vereador Celso Giannazi, parabéns pela iniciativa de chamar essa importante audiência pública na Câmara Municipal, em parceria com a nossa Deputada Federal Luciene Cavalcante, que está honrando os votos de São Paulo na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Deputado Carlos Giannazi, traz a experiência muito importante dessa luta em defesa da educação pública. Muito importante.

E dizer que esta audiência pública é da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal, e também em conjunto com o pedido de convocação da Comissão de Educação da Câmara Federal, feito pela Deputada Federal Luciene Cavalcante. Então está havendo essa transmissão simultânea, pela Câmara Municipal e pela Câmara Federal. É mais uma audiência conjunta com a Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante.

O Deputado Carlos Giannazi falou de pautas que virão no Plano Nacional de Educação. Eu cito mais duas, o *homeschooling* que querem colocar nesse debate, que é permitir que os alunos não precisem mais estar na escola. Quem tem dinheiro vai pagar um professor para ficar ensinando o aluno na casa dele, pode ter aula na casa dele. Isso para o rico. Agora, o pobre vai ficar desamparado. O *homeschooling* é um atraso para a educação pública.

E também vão querer colocar dentro dessas pautas que o Deputado Carlos Giannazi

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 13 DE 47

falou, a militarização da escola pública. Temos lutado muito e estamos conseguindo com uma ação nossa no Tribunal de Contas do Estado, uma ação judicial do nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar, barrando no estado de São Paulo a militarização da escola pública. O dinheiro público tem que ser para a escola pública, para valorização dos profissionais da educação, não para militares aposentados que vão ganhar, inclusive, mais do que professores. Então, esses temas, pela extrema Direita, virão também.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Só um aparte rapidamente. Eu esqueci de falar sobre isso, que é a questão da militarização das escolas, que você colocou muito bem, a extrema Direita vai tentar passar isso no Plano Nacional de Educação como uma meta. Imagine, militarizar escolas públicas no Brasil, é o que está acontecendo em São Paulo. O Governador Tarcísio de Freitas está tentando militarizar cem escolas estaduais, só não conseguiu por conta da nossa ação.

Nós ganhamos. Nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar entrou no Supremo Tribunal Federal - o Vereador Celso, eu e a Deputada Luciane Cavalcante - com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal, com uma ação popular no Tribunal de Justiça e com uma representação no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que foi vencedora agora. Foi acatada, na verdade, e o Tribunal de Contas suspendeu a contratação dos militares que iriam ganhar mais do que os professores. Olha só, é uma afronta ao magistério. Então, em São Paulo, está suspensa, por enquanto, a implantação da escola cívico-militar, mas eles vão disputar isso. Vamos ficar atentos.

E uma outra questão, só para terminar, é a privatização das escolas. Vão querer impor também no Plano Nacional de Educação. É o que está acontecendo em São Paulo, o Vereador Celso pode falar com muita propriedade. E no estado de São Paulo, nós temos um movimento inédito, pessoal, pela primeira vez na história da educação brasileira, o Governador Tarcísio de Freitas está fazendo leilão de escolas na Bolsa de Valores de São Paulo. Está vendendo escolas públicas estaduais na famosa B2, vocês acreditam? Nem o PSDB conseguiu fazer isso.

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 14 DE 47

O Governador Tarcísio de Freitas já leiloou 33 escolas e agora anunciou o leilão de mais 143 escolas da Leste 5 e da Centro-Oeste, minha gente. Então é grave a situação, por isso tem de fazer a disputa imediata desses temas, não deixando que isso apareça no Plano Nacional. Já pensou ter uma meta, Vereador Celso, a meta número 18, privatização das escolas estaduais, meta 19, militarização das escolas estaduais. Seria o fim da escola pública. Isso nós não podemos permitir. Por isso que a audiência pública é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputado Carlos Giannazi. Eu gostaria de anunciar também e já convidar para compor a mesa conosco a Norma, Presidente do Sinesp, Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, que estava em Brasília fazendo a articulação em defesa da educação pública, são muitas pautas em Brasília. Seja bem-vinda, Norma.

Vou alternar um pouco as pessoas que estão *on-line* e de forma presencial. Vou chamar para fazer uma saudação, a representante da Secretaria Municipal de Educação, Sra. Marialba da Glória Garcia Carneiro, que está de forma *on-line*.

A SRA. MARIALBA DA GLÓRIA GARCIA CARNEIRO - É um prazer estar aqui neste momento, eu que trabalhei como Presidente da UNDIME de São Paulo, na época em que tratamos do Plano Nacional de Educação, em 2014. Então para mim é um prazer estar neste momento representando a Secretaria Municipal de Educação.

E podemos falar um pouco dessas metas, dos desafios que nós ainda temos pela frente, de colocar todas as crianças alfabetizadas, de olharmos para o tempo integral, que é tão importante para elevar os nossos indicadores, para trabalharmos para universalizar toda a educação infantil.

Então, a Secretaria Municipal de Educação está à disposição e vamos participar desse diálogo buscando alavancar todos os indicadores para que a gente coloque não só a educação, que a educação, a gente sabe, vai alavancar também o nosso IDH. Então eu desejo um bom debate e estou aqui, sigo à disposição, acompanhando este momento.

Muito obrigada.

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 15 DE 47

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Muito obrigado, Marialba. Obrigado pela sua presença e pela sua participação. Quero convidar também a ANPEd, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, com a presença da Professora Miriam Fábila Alves, também de forma *on-line*.

A SRA. MIRIAM FÁBILA ALVES - Boa noite. É uma alegria estar com vocês. Com certeza, são temas extremamente importantes já pontuados pelos colegas que me antecederam. Estamos num momento muito importante, nós tivemos a leitura do parecer do Relator da Comissão Especial de Educação do Plano Nacional de Educação e a nossa avaliação preliminar é que nós temos alguns pontos que avançaram em relação ao texto original, ao PL 2.614, mas nós temos alguns problemas e são problemas que nós vamos ter que enfrentar conjuntamente. Dentre eles, a questão do financiamento para a escola pública.

Então, eu penso que o tema é super importante, e eu acho que essa é uma discussão cara para o nosso debate, assim como também penso que a discussão da gestão democrática, da privatização, da militarização, deve ocupar com muito cuidado o nosso debate na noite de hoje.

Quero agradecer e me colocar à disposição, enquanto Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, para colaborar com o debate.

Por último, eu gostaria de dizer que nós temos olhado com muito cuidado, especialmente o objetivo que trata da pós-graduação, e pensando a questão da valorização dos profissionais, o papel da pós-graduação, como vamos assegurar a valorização dos nossos profissionais, o seu direito a estudar, a continuar estudando e de participar da pós-graduação.

São questões importantíssimas que, ao longo desta noite, vamos conversando, dialogando sobre o tema.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Professora Miriam, representando a ANPEd.

Agora vou chamar o Sr. Sergio Stoco, representando o Fórum Nacional de Educação,

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 16 DE 47

que também está de forma *on-line*.

O SR. SERGIO STOCO – Boa noite a todas, todos, todes. É uma satisfação participar desta reunião da Comissão de Educação, Esporte e Cultura do Município de São Paulo. Obrigado, Vereador Celso e Deputado Carlos.

Então, como saudação, o Fórum Nacional de Educação com a presidência do Professora Heleno, a Professora Miriam, que também participa pela ANPEd, eu vou pensar numa sequência para discutir um pouco com vocês esse processo de participação.

A construção dos planos nacionais de educação são sempre caminhos de participação ativa da população brasileira com os objetivos da educação. Então eu gostaria de trazer para vocês um pouco desse processo e discutir como podemos nos mobilizar para essa participação, que o Deputado Carlos chamou a atenção das forças que estão compostas no Congresso e das vezes em que olhamos para o Plano fazemos toda uma mobilização, fazemos conferência, chamamos a população e acabamos nos decepcionando com aquilo que é aprovado.

Por isso eu acho que nós temos um dever importante agora de participação, e eu vou trazer mais sobre isso, mas podemos falar do projeto, podemos falar do relatório, como disse a Professora Miriam. Eu fico aqui à disposição. Minha saudação e agradecimento, cumprimentando por esta iniciativa sempre fundamental que são as audiências públicas, que faz parte a participação.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sr. Sérgio, pela sua participação.

Vou chamar algumas pessoas que já estão de forma presencial: Sr. Vitor Hugo Cruz Bozo, da Escola Estadual Arnaldo Barreto. (Pausa) Sr. Samuel Nunes de Andrade. Tem a palavra, Sr. Samuel.

O SR. SAMUEL NUNES DE ANDRADE – Pessoal, boa noite. Eu vou ser mais direto, porque quatro minutos, não dá.

Eu pertencia ao quadro da Prefeitura, até o que eu descobri as coisas erradas que

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 17 DE 47

aconteciam na escola e fui demitido. É claro, foram quatro anos para ser demitido. Eu sou o maior denunciante no Brasil de escola roubando. Quer dizer, eu não vou dizer roubando, porque eu não posso provar que estão roubando, mas podem estar desviando, as empresas. Alguém está levando a grana, eu não sei quem. O TCM está com cinco processos...

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Sr. Samuel, eu vou pedir só para você falar um pouquinho mais próximo ao microfone. E já que eu te interrompi, desculpe, nós vamos repor o seu tempo, mas estou vendo a presença da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante, que já convido para compor a Mesa conosco.

Professora, a senhora que é membra do grupo de trabalho do Plano Nacional de Educação, está participando ativamente, colocando as lutas da educação pública, fazendo essa discussão, é importante que participe e traga para nós essa experiência. Então, bem-vinda, Deputada, que estava em Brasília e acabou de aterrissar em Congonhas para vir diretamente para esta audiência pública.

A Deputada tem feito um trabalho muito importante na Câmara dos Deputados, foi relatora de um projeto muito importante e tem várias pautas da educação no Congresso Nacional. Seja bem-vinda.

Desculpa, Sr. Samuel, vamos repor o seu tempo.

O SR. SAMUEL NUNES DE ANDRADE – Tudo bem. Como eu falei, eu sou o maior denunciante no Brasil, porque eu faço 24 horas de denúncia, acabei de fazer hoje. Dormi três horas esta noite, estou com o documento quase pronto agora, que deve ter umas 80 páginas. Então, pessoal, é o seguinte, sobre a formação continuada, item 13, eu não fiz a petição, mas eu já vi, o pessoal está usando dinheiro para fazer obras de alvenaria. O Professor Paulo está ali, não sabe desse dinheiro, mas chegou 30 mil reais na escola. Não estão usando, não. Andaram passando a mão no dinheiro. Não é ridículo? Fico nervoso, mas fazer o quê?

Gestão democrática não existe, pessoal, cai na real. Quem manda é o diretor. Agora, em alguns lugares pode ter, não vou dizer que não tenha, mas na escola em que eu estava não tinha; e as escolas que estão com problema de dinheiro, que eu já denunciei são cerca de 200

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 19

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 18 DE 47

com problemas. Agora, eu não sei quem está fazendo ou não está fazendo. Tem cartel de papelaria, tem cartel de construção, tem empresa monopolista. Quem for no TCM e colocar meu nome lá num certo lugar, vai achar os processos, até os nomes de algumas pessoas.

Então, pessoal, eu faço o que posso, mas como eu sou sozinho fica difícil. Eu gostaria mesmo que tivesse a formação continuada, que não vai haver, porque o dinheiro, pelo jeito, desapareceu. E eu acho que o Vereador deveria abrir e peço que abra uma Comissão Parlamentar de Inquérito para saber onde foi parar o dinheiro.

O dia que eu resolver fazer essa petição aqui, eu vou demorar bastante, porque o que eu vou ter de imprimir de papel: são 50 escolas que eu tenho no meu computador. Eu já entreguei 64 petições; de papel, tem 30 mil, deve ter. Eu já denunciei ao Ministério Público Estadual de São Paulo, no Federal, no TCM, mas infelizmente a SME consegue fazer o Ministério Público de São Paulo arquivar tudo. O único lugar que não arquiva é o TCM, mas a luta lá também está difícil, porque tem coisa política, pessoal.

É o seguinte: meu nome é Samuel Nunes de Andrade, quem tiver interesse de debater comigo, vou ficar aí; quem tiver interesse de participar, de saber como entra nas contas da escola, que aliás é uma outra coisa, Vereador, que eu questiono. Se é gestão democrática, porque não tem *site* para podermos saber aonde está indo a verba, para que empresa, como é? Então, infelizmente, essa gestão não é tão democrática e nada transparente.

Eu perdi emprego e dentro do processo tem uma ata falsa da diretora. Ela pagou 60 dias de punição por causa da primeira, em 2011, quando ela formou o conselho e mudou. Na segunda ata falsa, que eu coloquei em “procede”, coloquei na DRE e coloquei na SME, eles esconderam o meu processo para me demitir, porque se eles fizessem a análise daquela ata falsa, que ela colocou uma em cima da outra, mas não fizeram.

Um dia desses, algum advogado vai pedir nulidade absoluta do processo, porque eu fui demitido por falar demais, porque eu fiz quatro processos administrativos entre 2012 e 2015, e o pior foi denunciar 23 escolas na Prefeitura naquela época; e elas continuam, vai ser julgado agora. A publicação vai ser a qualquer momento.

Aliás, quem quiser ver o que aconteceu com o acórdão, que sairá talvez em um mês, pode entrar no TCM também.

Eu gostaria que o jornalista tivesse coragem, porque eles não têm coragem. São mais ou menos 13 mil pessoas que não têm coragem no LinkedIn, porque falam que vão fazer alguma coisa, jornalista ou advogado, e ninguém faz nada. Então é terrível, pessoal, estar sozinho nessa luta.

Se alguém se dispuser a querer entrar na luta pela escola pública, para gestão democrática, para o dinheiro ser gasto corretamente, como não aconteceu com os 30 mil. Aliás, existe um processo de uma pessoa que eu já vi e fiz questão de ver e o dinheiro estava bem escrito: “Gasto com alvenaria, 30 mil”, ouviu Paulo, que era para o seu curso. Não sei se é o seu caso, não é? Mas, naquela escola, alvenaria.

Então, é isso. Muito obrigado e vamos em frente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sr. Samuel, obrigado, eu vou chamar agora o Professor Paulo César, da EMEF João Sussumu Hirata, que tem um trabalho muito importante, tem um projeto muito importante na escola.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO DE MORAES – Boa noite a todos e a todas. Quero saudar a Mesa, na presença da Professora e Deputada Federal Luciene Cavalcante, Vereador Celso Giannazi, Deputado Estadual Carlos Giannazi e a Sra. Norma, Presidente do SINESP. Eu tenho um carinho grande com o SINESP, que nós tocamos no Congresso no ano passado, o Musicando tocou lá.

A minha fala vai de acordo com as necessidades da EJA, dos meus alunos que estão ali, que vieram participar desta audiência pública. Vou falar um pouquinho das dificuldades que temos, que deve ser uma dificuldade que ocorre em todas as escolas que têm EJA. Primeiro, é a questão da divulgação. Não há divulgação das vagas, nem das escolas que têm EJA, não tem divulgação em nenhum lugar, nem em televisão, nem em rádio, nem em ônibus, em nenhum lugar da cidade. Então, muitas vezes, o aluno não sabe que ele pode voltar a estudar, que ele tem esse direito de estudar e que, às vezes, a escola é perto da casa dele; ele precisa e não

sabe.

Então, a primeira fala é sobre essa questão da divulgação em mídia das escolas de EJA e das vagas, porque não tendo divulgação não tem alunos e as escolas estão fechando.

A nossa escola fica no bairro de Pedreira. Nós fizemos um movimento de defesa da EJA e vimos só conseguimos atender apenas 25% da necessidade de alunos que deveriam estar na escola e poderiam estar na escola, se houvesse uma divulgação adequada.

Outra questão é a abertura de salas. Para abertura de salas, a burocracia é imensa. No segundo semestre, nós tivemos o fechamento de três salas na nossa escola, mesmo com demanda. Nós apresentamos a demanda, mas a nossa Coordenadoria ligou para as pessoas do cadastro, não conseguiu falar com o aluno, porque logicamente o aluno está trabalhando, o aluno está ocupado e não atendeu; por isso, não foram abertas as salas. Então, nós queremos a garantia – tendo a demanda comprovada, já está o cadastro do aluno – de que as salas sejam abertas.

Também está sendo fechada na nossa região e acredito na cidade de São Paulo, a EJA do Ensino Médio. Então, na nossa escola tem o EJA fundamental, mas quando os nossos alunos saem não têm onde estudar, muitos acabam parando.

Então, nós pedimos a reabertura da EJA do Ensino Médio na cidade de São Paulo.

Na nossa escola, e acredito que nas outras escolas também, temos alunos com deficiência, não só física, mas com deficiência cognitiva, então seria muito interessante que nós tivéssemos profissionais que agissem para atender esse aluno dentro das escolas.

Foi criado o programa Pé de Meia para o Ensino Médio, acredito que está sendo estendido para a EJA do Ensino Médio e queremos que seja estendido também para a EJA Fundamental. O Pé de Meia tem que ser um direito do aluno e um incentivo para o aluno permanecer na escola.

Que também seja garantido, quando o aluno se inscreve numa escola, que ele vá para aquela escola, porque nós tivemos esse semestre alunos que se inscreveram em alguma escola e que foram transferidos para outra, porque era mais interessante, do ponto de vista da

Diretoria de Ensino, que fosse para outra escola. Isso já tinha acontecido há algum tempo, parou e está voltando a acontecer agora.

Então o aluno procurou aquela escola, ele conseguiu. Ele quer aquela escola? Que seja garantida a vaga dele. Nós, professores do Sussumu Hirata, saímos sábados, domingos, vamos às feiras, às praças, aos supermercados, para divulgar as vagas; porque não tem divulgação e as vagas estão e, como eu já falei, há essa necessidade de divulgação na mídia.

Em relação à escola, no geral, não só na modalidade de EJA, eu queria colocar a necessidade da construção de novas escolas. A população cresceu e escolas não são construídas, então o que acaba acontecendo são salas superlotadas, dificultando o aprendizado dos nossos alunos.

Para encerrar, na nossa escola e acredito que nas outras escolas também, há um aumento no número de autistas e esses alunos precisam ter assistência dentro da escola, precisam de especialistas para ajudá-los dentro da escola, e isso nós não temos.

Eu sou um defensor do ensino de música dentro das escolas. Acho que em uma escola onde tem um projeto de música, além de serem mais felizes, os alunos têm um aumento na questão do aprendizado, uma melhoria até na assiduidade. E é isso: música dentro das escolas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Professor Paulo, que tem um trabalho excepcional com as escolas: o grupo Musicando. Parabéns.

Tem a palavra a Deputada Luciene Cavalcante.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Boa noite a todo mundo que está nos acompanhando nesta audiência pública integrada entre as duas Câmaras, a Federal e a Municipal. Eu faço parte lá na Câmara Federal da Comissão Especial que está estudando o novo Plano Nacional de Educação, que vai ser aprovado. E por que chamamos esta audiência hoje e amanhã? Porque na quarta-feira, dia 15, foi publicado o primeiro relatório desta Comissão onde foi apresentada a primeira proposta.

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 22 DE 47

O Governo Federal mandou uma primeira versão, agora nós temos essa outra versão com avanços, com retrocessos. E, na semana que vem, os Deputados e Deputadas que fazem parte desta Comissão vão poder apresentar novas emendas. Então é muito importante ouvir vocês.

Nós chamamos esta audiência para debater temas muito importantes para a política educacional – EJA, a Gestão Democrática, a valorização dos profissionais da educação –, para pensarmos nas emendas que vamos apresentar. E todas as dificuldades que vocês estão apontando, no final, eu vou ter a oportunidade de apresentar, rapidamente, alguns eixos, sobretudo desses três que eu destaquei agora nesta fala – porque são vários eixos que o plano trata –, para vocês já irem percebendo como é o processo de elaboração da legislação. E depois que passar o prazo de emendas, semana que vem, vai ser apresentado um novo relatório, o terceiro. E esse relatório vai ser votado pela Comissão, seguirá para o plenário, e, depois passará por todo um processo no Senado até ir à sanção presidencial.

Esta lei de política educacional vai vigorar pelos próximos dez anos no Brasil inteiro. A diretriz vai ser o que está neste plano. É por isso que é muito importante o esforço de vocês, hoje, pontuando, falando. Por exemplo, vocês vivem a EJA, então ninguém melhor do que vocês para apontar o que precisa avançar na legislação. E este é o momento de apresentarmos as propostas de mudança da legislação, para, depois, obviamente, começar uma nova fase, que é a luta para implementar a legislação.

Muito obrigada por vocês terem atendido o chamado para estarem aqui.

Saibam que tudo que vocês falarem será apresentado, na semana que vem, por mim lá na Comissão Especial, como emenda da cidade de São Paulo. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputada Luciene Cavalcante.

Como é importante estarmos aqui discutindo, acompanhados de uma Deputada Federal que vai ouvir e vai levar essas demandas na forma de emendas ao projeto que está sendo discutido. Então muito obrigado pela sua presença e por ter solicitado uma audiência pública pela Comissão de Educação da Câmara Federal.

Esta audiência está sendo transmitida tanto pela Rede Câmara SP, como pela TV Câmara. O Brasil inteiro está assistindo a esta audiência pública. E logo mais a Deputada vai fazer uma fala sobre as experiências e os temas debatidos – o que o Deputado Carlos Giannazi falou sobre a extrema Direita fazendo esse debate, querendo apresentar pautas que não condizem com a educação pública. E a Deputada Luciene Cavalcante, que está lá discutindo, também vai falar sobre isso.

Vou chamar agora a Norma, presidente do Sinesp, Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, que tem feito um trabalho muito combativo na defesa dos servidores públicos da educação pública; e tem estado em Brasília contra a reforma administrativa, assim como em tantas pautas em defesa da educação pública.

Norma, parabéns pela brilhante atuação.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS – Cumprimento todas e todos; e, na pessoa da Deputada Luciene Cavalcante, cumprimento toda a Mesa.

Como é importante estarmos nesses espaços para debater.

Esse debate é de extrema importância, porque, quando falamos, hoje, muito mais fortemente, sobre a educação pública estatal, que é o que nós defendemos – do zero até a universidade –, nós temos uma grande parte da população que não entende o que nós estamos falando e uma outra parte – Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores – que tem uma proposta de política educacional contrária àquilo que nós defendemos.

Uma das primeiras coisas que eu quero trazer é que não é admissível, num país, pelos últimos dados, com aproximadamente um milhão de jovens e adultos fora das escolas, que ainda não conseguiram terminar os seus estudos, não haver acesso à vaga da EJA, seja no Fundamental I, no Ensino Fundamental II ou no Ensino Médio. E essa é uma briga que nós todos precisamos encampar. Nós não podemos ter uma mesma instrução normativa para alunos da EJA, dizendo que aquela sala somente vai abrir se tiver “x” alunos, porque aqueles alunos já perderam num primeiro momento. E se você não oportunizar nesse segundo momento, eles irão perder de novo. E pode ser uma perda definitiva.

Então discutir educação implica discutir o que também é melhor para as escolhas pessoais. Muitas vezes, a vaga é perto da minha casa é no meio do caminho do meu trabalho, ou, dependendo, é perto do horário que eu saio do meu trabalho. E o governo tem que dar condições para que esses alunos possam estudar. E tem que ter chamamento público.

Uma vez eu fui questionar a Secretaria Municipal de Educação sobre essa questão do chamamento público. E uma resposta que eu ouvi numa reunião foi: “Está lá dentro do *site* da SME”. Isso não é chamamento público. Quem é que acessa o *site* da SME para saber o que está acontecendo? Então uma luta nossa é para que seja feito esse chamamento público, que as salas de EJA sejam reabertas, e que elas não podem ter o mesmo número de alunos, principalmente porque as especificidades nesse momento são diferenciadas também.

Outra discussão que temos de fazer no contexto do Plano Nacional de Educação é a questão do local em que querem colocar a educação. Por exemplo, a Escola Sem Partido. Que projeto é esse? A escola domiciliar. Qual projeto é esse? A escola cívico-militar. Qual projeto é esse? Porque esses projetos não estão desvinculados, eles têm como propósito fazer ilhas de excelências, ou não. Querem trazer a marca para a escola de que a criança não precisa da escola e ela pode ter o ensino domiciliar.

O ensino domiciliar é específico para determinadas situações, porque a educação envolve interagir com o outro, estar com o outro e fazer trocas com os outros. Que sociedade que eles estão querendo criar a partir do momento em que querem uma sociedade mais individualista? Porque, se eu não interajo com o outro, eu não consigo fazer trocar, eu vou pensar mais naquilo que é somente meu. E quando vai ao mercado de trabalho, começa a dar problemas porque não passou por essa fase, que é tão importante, de interações que a escola traz.

Uma das coisas que nos deixa muito preocupados com o Plano Nacional de Educação é desconsiderar muitas das construções que foram feitas nos territórios, nas conferências regionais, nas conferências municipais, nas conferências estaduais; e tentando destruir aquilo que foi construído. E cada território é diferente. Cada território tem que ser visto de forma diferente. E ver as políticas, que são únicas, mas sem descaracterizar as

especificidades de cada território.

Outra questão que o Plano Nacional tem que trazer é o compromisso dos prefeitos e dos governadores com uma política pública estatal, porque os governos que hoje assumem fazem um processo de privatização como nunca visto neste país. E a privatização se dá com a empresa, que vai prestar o serviço, e depois não dá continuidade, porque, na hora que dá algum problema, “Não, vamos trocar”.

Nós acreditamos, e eu, como presidenta do Sinesp, Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público de São Paulo, que a gestão tem que ser democrática, que os conselhos de escola têm que participar, que os projetos político-pedagógicos devem ser feitos de forma coletiva. É dessa forma que vamos fazendo uma construção de sociedade. Mas também precisamos denunciar que, hoje, os diretores do Município de São Paulo não têm gerência sobre as reformas, sobre o dinheiro que entra nas unidades; nem a própria Diretoria Regional de Ensino, porque vem de cima, do Gabinete do Prefeito. Muitas vezes, a reforma que está lá, com aqueles valores que são contestáveis, que não foi a pedido da escola, não foi construído com o coletivo da escola.

Hoje, um diretor não consegue nem dialogar com o prestador que vem da própria Prefeitura.

Todo mundo que trabalhou na educação infantil sabe que pintar uma sala de cor de rosa forte vai produzir irritabilidade, de modo que tem que ser colocado outro tipo de cor. E, muitas vezes, o prestador vai pintar o berçário de rosa porque ele acha que é rosa. E quem trabalha com a criança todos os dias sabe que aquilo é ruim, que tinha que ser uma cor mais neutra. Então nós temos muitos desafios. Mas o maior desafio que temos é que a escola pública seja com recurso público.

Uma das coisas que me impressionou, Deputada, foi assistindo, na terça-feira, no pronunciamento sobre o relatório, as instituições que foram citadas, como se fosse isso o que nós queremos para a nossa educação.

E eu vou deixar uma questão, que eu acho que é a mais séria, para finalizar a minha

fala: os educadores, os gestores e as comunidades sabem o que têm de fazer. O problema é que não nos chamam para conversar e para que realmente nós possamos dialogar. Cada território é único, cada comunidade é única, como cada pessoa é única. E nós sabemos como encaminhar. E para que isso aconteça, eles têm que nos ouvir.

Eu parabenizo a Deputada Federal e professora Luciene Cavalcante pelo seu trabalho hercúleo, por realmente fazer a diferença naquela Casa. E eu a elogio porque já estive com ela em situações de muita tensão, e a Deputada dialogando, conversando, com aqueles que muitas vezes gritam, buscando, no convencimento, avançar.

Eu quero trazer o trabalho que o Prof. Carlos Giannazi, Deputado Estadual, tem feito neste estado, porque, se não fosse a sua atuação, o Estado de São Paulo estaria muito pior, porque o que está sendo feito com a educação do Estado de São Paulo é vergonhoso.

E quero enaltecer também o trabalho do Vereador Celso Giannazi, que é um dos Vereadores que mais visita escola, que mais apoia a comunidade escolar e que não sai das unidades escolares, sempre fazendo esse trabalho. É disso que nós precisamos. É dessa forma que não iremos permitir a terceirização, a privatização desenfreada, esteja nos nossos locais, porque, se isso acontecer, é falar que a comunidade periférica, o pobre, o negro, não terá mais acesso à educação pública estatal.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Norma.

A sua contribuição, o debate que você faz, é muito importante, porque você luta pelos profissionais da educação.

O Sinesp é um sindicato muito combatido. A Norma tem estado em Brasília, nas audiências públicas, cobrando os Deputados, como eu disse, quanto à Reforma Administrativa, quanto ao descongelamento, contra a privatização, contra o confisco das aposentadorias e pensões, que está no Supremo Tribunal Federal. Então, todas as vezes que estamos em Brasília, atuando nas pautas em defesa da educação pública, do serviço público, está lá a Norma representando o Sinesp como presidente. Então parabéns pela sua atuação, Norma.

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 27 DE 47

Chamo agora o Tiago Monteiro dos Santos, da EE Flávio José Osório Negrini.

O SR. TIAGO MONTEIRO DOS SANTOS – Boa noite a todos.

Boa noite, caro Deputado Carlos Giannazi. Boa noite, Deputada Federal Luciene Cavalcante, que luta pela categoria. Boa noite ao Vereador Giannazi. E boa noite à Norma.

Hoje eu venho falar um pouco sobre o que é a escola pública e o que precisa melhorar para todo um contexto histórico.

Eu também venho falar sobre os alunos que precisam de materiais para que consigam fazer as suas atividades, e que muitas vezes não têm. E são pautas que precisam ser colocadas para eles também, para que consigam fazer do jeito que eles conseguem interpretar, porque o material não é o mesmo do normal dos outros alunos, e as provas também.

Vemos que falta muito em termos de melhoria, como vemos em todas as escolas públicas, e também temos o problema social das famílias que têm que ter o acompanhamento constante dos seus filhos, para que consigamos fazer uma educação de qualidade, onde venhamos, cada dia, a melhorar os índices do Ideb, os índices das provas do SAEB, da Prova Paulista, para que consigamos melhorar, a cada dia, o pensamento crítico das nossas crianças.

Quando tiramos um pouco da parte da tecnologia e os deixamos, eles conseguem pensar muito. E é isso que temos que colocar para as nossas crianças – eles pensarem –, porque, amanhã ou depois, quem vai estar lá diante de uma prova vão ser eles, necessitando de inteligência, não de tecnologia. E vemos que todos eles são capazes. E eles têm que ter o conhecimento científico para a vida, para chegarem numa prova, se darem bem e chegarem à universidade filhos de operários, como qualquer outro, da burguesia, para termos oportunidade de colocarmos essas crianças do poder aquisitivo de baixa renda, todos na universidade, porque é o direito deles, e é o dever do estado, do município e do Governo Federal, através de programas sociais, buscando equilibrar e melhorar a desigualdade social. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, pela sua participação.

Gostaria de chamar Ângela Fialho de Araujo, da APEOESP, que é o sindicato também dos professores do estado de São Paulo. Bem-vinda, Ângela.

A SRA. ÂNGELA FIALHO DE ARAÚJO - Primeiramente, boa noite a todos.

Gostaria, também, de cumprimentar a Mesa.

São tantas coisas para falar que é difícil até a gente organizar, colocar numa sequência, principalmente, diante de tantos ataques os quais estamos vivendo atualmente.

Eu também sou professora. Eu estou na rede estadual atuando há 14 anos e estou no Conselho Estadual da APEOESP. É muita luta. Nós lutamos dentro da sala de aula, lutamos fora da sala de aula o tempo todo. Isso acaba nos adoecendo.

Hoje, nós temos na rede estadual, na rede municipal também, um número imenso de professores afastados, sendo a maioria por licença psiquiátrica, porque está, cada vez mais, insalubre trabalhar na educação e muito pouco vem sendo feito em relação a isso. Mesmo tendo números que comprovam o que eu estou falando, muito pouco ou quase nada está sendo feito para amenizar essa situação.

Os meus alunos estão ali me olhando. Será que ela vai falar? Vou, sim, gente. Nós estamos vivendo períodos difíceis em relação às mudanças climáticas e, na grande maioria das escolas, não temos sequer ventiladores funcionando. Até porque os ventiladores que temos não são apropriados, são ventiladores domésticos, nos quais não é feita a manutenção, sendo que ficam ligados por longos períodos, acumulando poeira, e, depois, ainda têm o descaramento de jogar a culpa nos alunos. A gente sabe que tem aluno que vai, realmente, infelizmente, danificar o aparelho, mas é um número mínimo.

Acho que estamos falando muito sobre escola do futuro, sala de aula do futuro, mas que escola do futuro é essa que não tem uma climatização? Que escola do futuro é essa que sequer tem ventilador? Que escola do futuro é essa que nós ainda temos cerca de 45 alunos em uma sala de aula, onde deveria caber no máximo 20? São 45 alunos para um único professor. É muita coisa. Isso está longe de garantir a qualidade do ensino. Nós não damos conta de 45 alunos.

Além disso, nós também recebemos inclusão. Nós temos leis. Inclusive, a Lei 15.830, se eu não me engano, que é a do Deputado Carlos Giannazi, que autoriza o Executivo a diminuir

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 30

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 29 DE 47

o número de alunos em sala que tiver alunos de inclusão, e eu não conheço uma escola estadual ou municipal em que essa lei esteja sendo aplicada. Eu não conheço. É um direito, porém é um direito para inglês ver. É um direito que não está sendo aplicado na prática.

Pior: além de não garantir esse direito das crianças, nós estamos vivenciando ataques a cada dia. Se não me engano, foi nesta semana que saiu que vão retirar os professores especializados da inclusão e vão substituí-los por pessoas que não têm essa capacitação, por pessoas que fizeram um curso de horas. É sério que isso é garantir a qualidade da educação?

Em relação à estrutura, as escolas, em sua grande maioria, carecem de melhorias, principalmente, nas regiões periféricas. Muitas delas chove lá fora, chove lá dentro. Tudo quebrado, banheiros quebrados. Eu tenho visitado algumas escolas e fico muito entristecida com o que vejo. E o que eu percebo é que são questões que demandam manutenção. Chega de ficar colocando a culpa nos alunos. São questões que demandam manutenção e verba, que a gente sabe que, infelizmente, não chega para que essas melhorias aconteçam.

Eu fiz uma lista, deixem-me olhá-la.

Em relação ao uso da tecnologia, não somos contra o uso da tecnologia, mas esse uso não pode ser imposto. A liberdade de cátedra tem que prevalecer. Está sendo imposta de forma a nos assediar. Estamos sendo assediados para fazer uso do material das plataformas educacionais. Precisamos que tenham garantias da nossa liberdade de cátedra. Nós não podemos perder isso.

Uma coisa que tem faltado que eu nunca mais vi é em relação a verbas para passeios culturais. Eu acho que isso também pode ser incorporado. Nenhuma escola está recebendo verbas para promover passeios culturais para os nossos estudantes. Estamos carentes.

Também, psicólogos nas escolas. Atualmente, nós temos cerca de um psicólogo para atender uma demanda de sete escolas. É um absurdo, não tem como esse profissional dar conta.

Encerrando a minha fala, gostaria de agradecer o espaço.

A educação precisa ser construída por nós, por quem faz uso dela.

Obrigada. (Palmas)

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 30 DE 47

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Angela, pela sua contribuição.

Trouxe pontos importantíssimos.

Vou intercalar os oradores. É importante que a gente ouça a Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante, que está fazendo esse debate lá, pois ela é membro titular da Comissão Especial que está analisando o PNAE, então é importante que ela traga para nós essa experiência. Ela foi a relatora. Fez um relatório magnífico de um projeto de lei que permite que os profissionais da educação - foi aprovado ontem na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e de Tributação - de um projeto que permite que os profissionais da educação possam fazer uso da merenda escolar. Então, hoje, em muitas escolas, muitas redes, o professor é proibido de se alimentar com os alunos nas escolas estaduais, na rede municipal. Isso é um absurdo total, completo. Ela foi relatora e conseguiu dialogar com um conjunto de Deputados e aprovar, de forma unânime, um relatório. O projeto caminhou, foi aprovado e vai seguir para a Comissão de Constituição e Justiça. Parabenizo a Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante por mais essa vitória. (Palmas).

O professor vai poder se alimentar na escola, o que é um ato até pedagógico, estar com os alunos e sem a redução, sem a retirada do vale-alimentação, do vale-refeição desses profissionais da educação que estão lá com os alunos.

Vou passar a palavra para a Deputada Luciene Cavalcante para trazer essa experiência e essa luta que está fazendo na Comissão Especial, analisando PNAE.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE - Boa noite, boa noite para todo mundo; cumprimento, mais uma vez, o Celso, a Norma, todo mundo que está aqui, as escolas presentes.

O relatório foi apresentado ontem. A gente está nesse processo de leitura. É um documento muito extenso.

Como é o Plano Nacional de Educação? Ele tem objetivos? Um dos objetivos é a EJA, que é objetivo, que a gente trouxe aqui para debater com vocês, que é objetivo número 11. Depois, a gente tem as metas para esse objetivo, e, depois, às vezes, estratégias para desenvolver esse objetivo e essa meta.

Com relação aos avanços que a gente já conseguiu perceber de ontem para hoje, desse novo plano, tem uma proposta muito importante que cria um Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, que vai poder fazer ampliação, reforma das escolas, das redes municipais, estaduais. E o mais importante: não é apenas a criação do programa, é ele estar fora do arcabouço fiscal que é um teto, um limite ao que pode ser gasto de recursos em determinadas políticas. Tudo o que você retira do arcabouço, você consegue investir mais.

Outro programa que a gente vai lutar também para sair do arcabouço é o do PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, porque também está no arcabouço e não pode ser ampliado.

Para vocês entenderem o arcabouço, mesmo que o Presidente tenha recursos, ele está limitado, não pode investir. Então, vocês vejam que isso é uma contradição, um absurdo muito grande. Então, a gente precisa combater essa ideia de teto de gasto, porque são investimentos sociais importantes para a gente poder avançar no nosso país. Esse é um ponto importante.

Outro ponto importante é que a gente vai ter um objetivo sobre a questão do enfrentamento da emergência climática, da sustentabilidade. Todas essas reformas já vão ter que ter uma tecnologia sustentável. Então, a gente avança nesse sentido.

De retrocessos e de linhas gerais, a gente percebeu que não há nenhuma estratégia, nenhuma meta para desmilitarizar as escolas que foram militarizadas. É um programa inconstitucional, ilegal; no Estado de São Paulo, não vai ter escola militarizada porque o nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar barrou essa tentativa de golpe contra os estudantes e contra educação que o Governador Tarcísio de Freitas tenta fazer aqui. A gente barrou. O Tribunal de Contas barrou porque é ilegal. É desvio de recursos públicos, mas, muitos municípios e muitos estados do Brasil militarizaram suas escolas. Então, o plano não fala sobre esse processo que é preciso ser enfrentado de desmilitarizar. A ONU já recomendou, expressamente, que o Brasil desmilitarizasse também as escolas a nível estadual e municipal.

O programa criado pelo presidiário Bolsonaro já foi extinto pelo Presidente Lula.

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 32 DE 47

Então, isso é uma preocupação. Outra preocupação que a gente tem é que não há uma menção contra a privatização da gestão das escolas. Isso nos preocupa e nos chamou atenção. A gente vai trazer esse ponto para vocês para a gente debater.

Mas, como eu falei, foi divulgado ontem, a gente está nessa análise e, agora, eu vou ler com vocês alguns pontos da EJA para vocês verem como que é esse trabalho legislativo que a gente realiza no Congresso Nacional.

Depois eu vou disponibilizar para as escolas também. A gente tem o texto original. O texto original é o texto que foi enviado pelo Ministério da Educação. Depois, a gente tem os cadernos de sugestões, as emendas que a sociedade civil apresentou frente ao texto original. E, depois, a gente tem esse texto do relatório que foi esse que foi apresentado. Então, o que estava lendo hoje é essa terceira coluna dessa tabela que vocês vão ver. Depois, tem uma pequena análise que a gente fez sobre esses textos.

- Oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE - Vamos passar até o 11D, porque é muita coisa.

Destaquei algumas coisas para debatermos. Essa meta é importante porque fala em expandir as matrículas na Educação de Jovens e Adultos de modo a atender, no mínimo, 10% da população com 18 anos ou mais que não concluiu a educação básica até o quinto ano de vigência e 20% até o final do decênio.

Por que eu destaquei essa meta? Porque ela vai falar sobre a expansão da EJA, como que vai se dar essa expansão. Então, essa meta é importante, porque se a gente quer que esse programa seja maior, a gente vai ter que mexer nessa meta.

A próxima meta 11E: ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, de modo a atender, no mínimo, 50% da demanda manifesta pela modalidade até o quinto ano de vigência e 100% até o final do decênio.

Por que eu destaquei também que essa é uma meta importante para a gente se preocupar? Porque ela fala da demanda manifesta. O que seria demanda manifesta? Ou seja, não é a demanda real. Hoje, de cada três brasileiros, um não terminou a educação básica, um

foi expulso da escola até o ensino médio, não concluiu. 1/3 do Brasil. Essa é a nossa demanda real.

A meta está colocada para a demanda manifesta, ou seja, aquilo que está manifestado de interesse, vocês percebem que aí tem um problema que a gente tem que trocar essa demanda manifesta pela demanda real? Porque isso obriga o Poder Público a ter uma política ativa de recenseamento dos seus jovens, dos seus idosos, os seus estudantes que não concluíram a educação básica. A gente está falando de educação que é até o ensino médio. É o mínimo de formação necessária. Então, essa é uma outra meta que a gente vai ter que trabalhar nela.

Depois, vamos para a meta 11.3. Também é importante porque vai falar de demanda. Tudo o que for de demanda, como vocês mesmos já colocaram, é algo que a gente precisa cuidar e botar uma lupa.

Realizar de forma regular e intersetorial o levantamento e mapeamento da demanda por EJA, observadas as especificidades e as necessidades educativas, considerando o perfil da comunidade. Enfim, essa emenda não cita a questão dos estudantes com deficiência, estudantes que estão em medida socioeducativa ou pessoas que estão em privação de liberdade. Então, essa meta precisa ser também modificada para incorporar todo o conjunto a população.

Vamos para 11.9. Essa tem que colocar estrelinhas, porque é onde o diabo está morando. Vamos ver. “Realizar de forma contínua a chamada pública”. A famigerada chamada pública. Está lá na Lei. “Por meio de diferentes estratégias e canais de comunicação, com registro de demanda, busca ativa de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica, com o objetivo de garantir o acesso a EJA”.

Veja bem, essa estratégia, do jeito que ela está, é muito ampla. Ela não amarra, por quê? Ah, de forma canais de comunicação. Então é isso. O *site* é um canal de comunicação. Aí a Prefeitura fala: estou cumprindo a meta. Precisamos incidir sobre essa estratégia 11.9, melhorar esse texto para que possamos de fato garantir que sejam meios de comunicação de massa. Não está aqui que é comunicação de massa. Não está aqui “utilizando, inclusive, todos

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 34 DE 47

os meios de comunicação que estão nos transportes públicos”. Não está aqui. Não está descrito. Está só descrito canais de comunicação, que pode ser qualquer coisa, inclusive nada. Se ele faz um boletim e deixa lá na porta da escola, ele falou que está a fazendo essa chamada pública. Então, do jeito que ela está, reitera esse problema que temos até hoje da questão da chamada pública. Então precisamos incidir bastante nessa estratégia 11.9 e vamos fazer isso.

Só para terminar a EJA, a 11.23. Tudo isso é EJA. Eles falam muito sobre a formação dos profissionais da educação, falam muito, também, que foi um avanço. Falam muito de programas assistenciais para os estudantes, que é um avanço. Aqui eu coloquei porque foi um avanço também para demonstrar que tem muita coisa positiva nesse relatório, como essa aqui: “Disponibilizar de forma sistemática, regular e gratuita, obras didáticas e literárias a todos os estudantes da EJA matriculados em instituições públicas ou conveniadas com o poder público”. Isso é importante. É um avanço que não tinha no outro Plano Nacional de Educação.

Então, sobre a EJA, eu trouxe esses pontos. São os pontos que dialogam com o que vocês trouxeram.

Agora sobre a meta de valorização dos profissionais da educação, meta 17. Essa meta ela não faz o enfrentamento com relação à terceirização e privatização de alguns segmentos, como eu já falei para vocês, isso é um problema. Iremos lutar para que seja incluído como meta a não privatização das escolas. Não fala nada sobre o processo também de plataformização que está ocorrendo, por exemplo, na Rede Estadual de Educação de São Paulo e outras redes do Brasil também. N falam sobre isso, não tratam esse tema.

Quando falam da valorização dos profissionais, também não cuidam da questão da modalidade do EAD. Ela também não fala. E aí não falar, é falar de outro jeito. É liberar de outra forma. Esses são os pontos, em linhas gerais, que dialogam com a questão do trabalho, da função dos profissionais da educação, da função docente e da nossa valorização.

Essa daqui é o objetivo 17, que no original estava 16, agora virou objetivo 17, que é a formação e a valorização dos profissionais da educação básica. Estão todos os professores, gestores, ATEs, todo mundo que é da educação, que trabalha na educação, trabalhador da

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 35 DE 47

educação precisa ler, porque é daqui que vão sair todas as demais políticas públicas.

Vamos para o 17.5. Aqui fala que vai - que é uma estratégia - fortalecer as políticas de avaliação e regulação e supervisão dos cursos de formação docente. O que é óbvio que todo mundo defende, porque aqui é formação e a valorização. Então como esse professor, esse profissional é formado, isso conta. Hoje no Brasil inteiro, 50% de todos os cursos de graduação já são em EAD, já estão *on-line*. E esse percentual é enorme quando a gente fala em todas as disciplinas de graduação que formam os profissionais da educação. Aí eles retiraram que vai ter que ter essa avaliação para o curso que está em EAD. Isso é grave. É muito sério.

Vamos para 17.16. É algo importante, que é: estabelecer mecanismos para induzir o cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais do magistério em um único estabelecimento escolar. Veja bem, por que os profissionais da educação, os professores, acumulam em várias escolas? Por que eles têm que dar aulas em várias escolas? Porque o nosso salário é muito baixo por 40 horas de trabalho. A jornada do professor, hoje, o piso é de 4867,77. 4800 por 40 horas. Então, o professor tem que fazer o quê? Ele tem que dar aula em duas, três escolas para conseguir juntar um recurso.

Então, quando você fala que o Brasil vai buscar que o professor permaneça só numa escola, de uma forma, um objetivo geral, é muito importante porque você vai ter que dar condições para esse profissional. Qual é a realidade do Brasil? É que daqui 15 anos vai ter um apagão, porque não tem mais professores se formando devido às dificuldades, é muito difícil permanecer na escola, você está na escola, os salários são baixos, é muito desafiador. Não temos jovens ingressando na pedagogia, na matemática, na licenciatura de história, então vai ter um apagão. Não tem professores. Em muitos lugares do Brasil já faltam professores em determinadas disciplinas, como matemática, física, química. Não existem mais esses professores. Isso já coloca um desafio para essa meta, porque como que você vai induzir que ele fique só numa escola, se não tem professor para as outras escolas?

O Governo tem pensado soluções para isso. Ele fez o Programa Mais Educação, o programa de incentivo na licenciatura para que mais estudantes ingressem na educação. Mas

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 36 DE 47

não sabemos ainda qual vai ser o poder efetivo. Qual é a nossa proposta? Temos duas propostas de valorização dos profissionais da educação. A primeira é que não sejam mais 40 horas a jornada. Seja uma jornada de 30 horas com 1/3 para a formação. Que essa seja a jornada do piso nacional do magistério. Reduzir essa jornada.

O Brasil é um dos países onde os professores mais trabalham no mundo. Já fizemos esse estudo comparando e é o que mais se esforça e menos recebe. O professor, por exemplo, de ensino médio, do México, ganha três vezes mais do que o nosso professor de ensino médio, trabalhando menos horas. Se você pegar um país como Singapura, que tem um desenvolvimento socioeconômico muito alto, a jornada de trabalho dos professores com estudantes são 12 horas semanais. Precisamos avançar na valorização desses profissionais, diminuindo a sua carga horária e mantendo, obviamente, o seu salário e tendo plano de carreira.

Outra política também de valorização é que como o professor precisa acumular várias escolas, vai ter a incidência do imposto de renda juntando todas as escolas que ele trabalha e ele cai na alíquota maior de 27.5%. Com isso, quase 30% do salário dos professores fica retido na fonte. Ele não recebe.

Estamos propondo que o Brasil faça isenção fiscal para todos os profissionais da educação. O Brasil já concede isenção fiscal para muitos grupos empresariais do agronegócio. Concede mais de 600 bilhões em isenção fiscal. O Brasil tem condições, também, de fazer essa valorização para os seus profissionais. É muito importante aqui, que tem bastante estudante da EJA, que a gente vem avançando no Congresso Nacional sobre justiça tributária. Vocês viram que a Câmara aprovou a isenção fiscal para todo mundo que recebe até cinco mil. Então, quando essa Lei for sancionada, acreditamos que será em breve, todo mundo que trabalha registrado e recebe até cinco mil não vai mais pagar imposto de renda. Quem recebe até 7.350 vai ter uma alíquota menor. E isso é muito importante porque essa pessoa que recebe cinco mil hoje, ela está pagando de imposto renda 22% retido na fonte. Então você vai deixar de pagar esse imposto. Hoje, quem ganha até três mil já não paga, já está isento do imposto de renda. É uma política do Governo Lula de justiça tributária e toda essa isenção de imposto de renda, sabe qual

que é o impacto financeiro? Um pouco mais de 100 bilhões que vai custar para o Brasil. Um pouco mais de 100 bilhões. Lembra que eu falei que já tem 600 bilhões que estão indo para os grandes empresários. Com esses 100 bilhões de impacto, podemos atender mais de 20 milhões de pessoas. E sabe quem vai pagar o 100 bilhões? Os grandes empresários, 141 mil pessoas que não pagavam impostos vão pagar. Eles quem vão pagar essa conta. Isso chama-se justiça tributária. Por que estão numa guerra no Congresso? Porque eles não querem que os grandes paguem. Então toda semana é uma guerra.

Vamos para a 17.18. É uma meta importante. Obrigada, Paula. Obrigada, a escola que veio aqui nos acompanhar. É o Sussumo? Obrigada.

Essa meta 17.18 fala dos profissionais de educação que estão em escolas de áreas vulneráveis, ribeirinhas, indígenas e que precisam receber um adicional. Isso é muito importante porque valoriza esses profissionais que estão em escolas extremamente distantes.

Para terminar esse ponto, vamos para a 17.22. Fala dos fóruns permanentes de negociação e acompanhamento da valorização.

Veja bem, o que encontramos de problemático nessa meta 17.22? Não fala a palavra “piso”. É como se não existisse o piso nem do magistério, nem dos profissionais não docentes. Isso é grave, porque o piso não é cumprido.

De cada três cidades no Brasil, só uma paga o piso. Não paga os 4.800. A palavra “piso” não aparece ali. Fala assim: avaliação da política de valorização. O Brasil só tem uma política de valorização, que é o piso. Então, estamos entendendo isso como um modo grave que vamos incidir para incluir a palavra “piso” e que tem que incluir um mapeamento de como que essas políticas estão sendo feitas, não só fazer um fórum de acompanhamento. Queremos a palavra “mapeamento”. O Brasil tem que ter dados oficiais de como os seus profissionais da educação estão sendo pagos ou não. O Brasil não tem esses dados oficiais. Quem fez essa pesquisa agora de que só 1/3 das cidades pagam piso foi o Tribunal de Contas. Não foi o Poder Executivo. Então precisamos ter esses dados.

Para terminar, meta 18, gestão democrática. Só para falar aquilo que eu já falei

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 38 DE 47

desde o início. É importante porque fala da participação, controle social e gestão democrática. Fala que vai assegurar a participação.

Vamos para a meta 18.

Vejam bem, olha como está o texto apresentado: assegurar que todos os diretores de escolas públicas sejam selecionados de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar, dentre candidatos aprovados previamente a avaliação de mérito e desempenho. Essa 18.A, o diabo está morando aqui também. Lupa nessa 18.A. Ela não fala, em nenhum momento, que o diretor precisa ser concursado. Não aparece essa palavra. Quem vai fazer essa avaliação de mérito e desempenho? Não fala que o poder público é que vai fazer. Ou seja, então eu posso contratar uma empresa que vai fazer com critérios técnicos e é ela quem vai fazer a seleção, organizar a escola. Não aparece a palavra “poder público”, a palavra “concurso” e a palavra “conselho de escola” também, é a comunidade.

Temos que modificar essa meta 18.A no relatório. Da forma como está, ela fragiliza a autonomia das escolas e a gestão democrática. Ela abre espaço para privatização e terceirização e diminui a participação social.

Então queria só destacar essa meta, que é uma meta muito importante que precisamos acompanhar. É um documento, como falei, muito longo. Ele traz mudanças na questão do financiamento que estamos avaliando, que é outra meta central, a grande disputa no nosso país pelo dinheiro. Quem vai ficar com o dinheiro? O Brasil é nona economia do mundo. Nona de todos os países que produzem riqueza. E por que passamos por tanta dificuldade se produzimos tanta riqueza? Porque tem uma pequena elite que está ficando com tudo que nós coletivamente produzimos.

Então precisamos lutar para que tenhamos acesso a esses recursos para que todas as políticas educacionais de assistência aos estudantes, valorização dos professores, dos profissionais, que estejam fora do arcabouço. Porque só assim vamos ter um plano nacional para valer. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado Deputada Federal Prof. Luciene Cavalcante, trazendo essa leitura crítica a esse plano que está sendo apresentado. Então, eu tenho certeza de que a Deputada Luciene Cavalcante vai estar lá fazendo esse enfrentamento, mudando esse relatório que foi apresentado, colocando essas observações, e essas observações também que estão sendo colhidas aqui. Então, muito obrigado pela sua explanação, pela sua participação lá no Congresso Nacional, representando aqui os servidores públicos, a população de São Paulo.

Então, a gente tem uma excelente representante no Congresso Nacional, representante da Educação Pública, e nada melhor do que ter no Congresso Nacional uma professora que conhece a realidade, o chão da escola, como ela apresenta aqui para nós. Ela não ouviu dizer, ela vive essa realidade. Então, não existe coisa melhor para nós estarmos lá representados no Congresso Nacional.

Então, deixa-me aproveitar a Deputada Federal que está aqui para ouvir mais duas ou três pessoas, para a gente acabar. Há escolas que demoraram para chegar, são 32 quilômetros até Parelheiros, demora uma hora para chegar. Então, eu vou chamar a Jaqueline Santiago, da Escola Estadual Prisciliana Duarte de Almeida, para também fazer uma participação aqui. Bem-vinda, Jaqueline.

Eu pediria que cada um se concentrasse, se a gente tivesse uns três minutinhos. Fique à vontade, a tribuna é sua. Fica uns três minutos para a gente falar, depois vou chamar mais duas escolas para contemplar pelo menos uma pessoa de cada escola, para a gente poder encerrar aqui hoje com as observações e que a Deputada possa brigar por nós. Com você, a palavra.

A SRA. JAQUELINE SANTIAGO – Boa noite a todos. Eu não sou muito boa de falar assim na frente, não, já estou falando, mas eu estava escutando a Deputada falando, todos falando e eu resolvi falar o que realmente acabei pensando na hora. Então, foi uma coisa bem rápida mesmo, eu escrevi algumas coisinhas aqui.

Discutir o PNE é muito importante mesmo. Não pode ser apenas um ato formal ou

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 40 DE 47

burocrático, é necessário tempo e espaço para o diálogo, tanto dentro das escolas quanto em toda a comunidade. Cada meta proposta precisa ser compreendida, analisada, contextualizada à realidade de nossas instituições, dos nossos professores, dos nossos estudantes. A escola tem que ser um espaço de formação, reflexão crítica, deve ser protagonista nessa discussão. E é no cotidiano escolar que as políticas ganham vida ou encontram barreiras, não é verdade, gente?

Por isso, é fundamental ouvir os educadores, gestores, alunos, famílias, sobre os desafios concretos enfrentados. Portanto, dentro disso, tudo o que a gente está escutando aqui, com tudo isso que está acontecendo, a gente propõe, eu proponho, todos, acredito, que a gente tenha um tempo suficiente que leve isso para as escolas, para as comunidades, a gente precisa de tempo para poder discutir isso.

Não pode ser da forma que está sendo, porque se a gente pisar no chão da escola hoje, poucos sabem disso, do que está acontecendo. Se for conversar com os pais, com a comunidade, poucos sabem. Então, isso tem que ser discutido de verdade. Isso tem que promover rodas de conversas, isso tem que ter encontros pedagógicos, fóruns e discutir de verdade. Não pode ser apenas isso, porque hoje a educação pede socorro.

Hoje temos uma escola, professores doentes, como a Deputada acabou de falar. É triste você olhar e saber que não tem mais alunos que estamos formando para ser professores. Por quê? Quem constrói essa nação, quem vai construir isso mais tarde são os nossos estudantes. Então, dentro disso, somente através da escuta coletiva, da reflexão crítica e do envolvimento de todos os atores sociais, poderemos transformar essas metas, esse plano de educação em uma realidade concreta. É o que a gente pede: fortalecendo a escola pública, a valorização dos profissionais, da educação e da aprendizagem de cada estudante.

O que nós queremos para nós, na verdade, é que possamos ter um futuro, uma nação construída com educação de verdade. É isso que nós queremos, gente. E pedimos, por favor, olhem pela educação com carinho, porque quem está na escola pública é o filho do trabalhador que tanto sofre. Vamos pensar no país de verdade. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Jaqueline. Obrigado pela sua fala. Deixa-me chamar o Douglas Fernando Lopes. Bem-vindo, Douglas, para você também fazer a sua fala.

O SR. DOUGLAS FERNANDO LOPES – Boa noite a todos, a todas. Fico muito feliz em ver vocês todos aqui, o pessoal do EJA representando o Prisciliana. Eu vou falar um pouquinho da especificidade da nossa região. Igual o Celso falou, a gente está a 32 quilômetros de distância daqui. Então, para voltar para casa é um transtorno. Imagina para você trabalhar fora de Parelheiros.

E eu queria falar a respeito da questão do ensino técnico na nossa região, que a gente não tem nada que contemple o pessoal do EJA, o pessoal mais velho. Nós temos lá o curso da Lapin, vocês conhecem. Tem os cursos lá que contemplam mais os jovens, que podem estar no período de manhã e tarde nesses cursos. Mas o povo que trabalha não tem condição de ter esse acesso ao ensino técnico. E por mais que eles estejam já formados, eles também deveriam ter esse acesso ao ensino técnico.

Como o Carlos falou a respeito das novas escolas que terão que vir, por causa das mudanças climáticas, que vai ter que criar ambientes para essas novas escolas. E nós não temos ninguém formado para criar esses ambientes. Porque lá falta serralheiro, faltam profissionais que mexem com esquadria, falta pessoal que mexe com a parte de refrigeração para climatizar a escola. A gente não tem profissionais, elétrica. Precisamos de cursos técnicos desse estilo. Esses cursos que estão ofertados pelo Estado não contemplam esse povo daqui. Eles têm que sair de Parelheiros para poder trabalhar.

Eles estão tentando também tirar o nosso EJA. A gente não sabe nem o que está ocorrendo, mas está tendo diminuição de sala. A gente fez panfletagem, nós fizemos cartazes por muitos anos e deixamos de fazer. Só que essa divulgação que falam que está tendo, não está tendo. A gente viu divulgação do Governo Federal na rede de televisão. Só lá, mas regional a gente não viu. Parelheiros não tem nada.

Eu vou ser bem rápido aqui. Nós tínhamos aqui, acho que foi embora, a professora

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 42 DE 47

Júlia, que tinha uma pasta lá no Prisciliana, trabalhava na biblioteca e por ela ter tido conjuntivite, não pôde trabalhar, perdeu. E ficou afastada. Até hoje, correndo atrás, não tem o que fazer, não sei. A Edna vai poder entrar? A Edna tem formação no ensino especial, trabalha com PCDs desde 2010, ela trabalhava na escola chamada do Pastor Emílio, que era a escola referência nesse trato. E agora parece que com essa resolução 129, vão colocar pessoas comuns que não têm formação na educação para substituir esses professores que são profissionais da educação.

A questão de escola cívico-militar, eu trabalho também em outra escola que é cívico-militar, quer dizer, que estava indicada para cívico-militar. Fizemos uma luta lá, conseguimos barrar inicialmente, parece que o diretor voltou atrás. E nessa escola, eu tive uma avaliação da gestão lá de 4.5, com 97,5% de presença. Mas não deu para entender nada. Talvez porque eu não tenha feito esse cursinho. Como é o nome do cursinho? É, foi falado que foi isso, né, aquele cursinho. Eu nem tenho tempo, tenho 53 aulas e é impossível fazer esse cursinho, multiplica, eu não tenho esse tempo, tenho 53 aulas, né, não estava disponível lá para mim.

A questão do currículo, nós temos um currículo que é engessado, e esse currículo ignora os questionamentos dos alunos, porque uma questão faz você rumar para outra direção, e a gente tem que cumprir esses compromissos que não estão surtindo efeito algum.

E tem a questão cultural de Parelheiros, a gente não tem acesso à cultura em Parelheiros, e tudo é muito distante para a gente. A gente foi em 2019, na ALESP, com o Carlos, fizemos uma plenária para falar a respeito disso, da questão cultural de Parelheiros, e lá tem um casarão de 1841, que ele estava catalogado para o tombamento, a gente fez essa reunião lá na ALESP, parece que em seguida eles foram lá e tombaram o prédio, porém o prédio está lá caindo aos pedaços, né, agora de fato está quase todo tombado, a metade do casarão já ruiu, esperando o nosso Prefeito, porque ele foi tombado pelo Conpresp, e está muito ruim, em Parelheiros precisa de uma atenção melhor, está péssimo.

Era isso que eu ia falar, desculpa a pressa, fico contente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Douglas. Muito importante a sua participação. Vou chamar o Eronilson Eduardo da Silva, da Escola Estadual Arnaldo Barreto.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Só enquanto ele se dirige à tribuna, eu posso só fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Com a palavra Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Douglas, você tem razão em relação à educação especial da professora, quem é a professora da educação especial? Professora, olha, nós estamos acompanhando e denunciando essa Resolução 129, eu apresentei até um PDL para revogá-la, ela vai demitir professoras em massa de educação especial, professoras com formação e colocar no lugar pessoas sem nenhuma formação para atender crianças, adolescentes e jovens com deficiência, olha só o absurdo.

Então nós estamos numa luta lá na Assembleia, junto com o Coletivo aqui, já acionamos a Justiça, Tribunal de Justiça contra a contratação de empresa terceirizada para contratar pessoas sem formação para atender nessa área da educação especial, e depois você falou da sala de leitura também, é um absurdo, nós entramos já com uma ação popular no Tribunal de Justiça, nós estamos atuando muito nessas duas áreas que você mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Eronilson, da Escola Estadual Arnaldo Barreto, bem-vindo e com a palavra.

O SR. ERONILSON EDUARDO DA SILVA – Obrigado a todos, boa noite a todos. Eu vou ser bem sucinto e, na verdade, eu não quero tomar muito tempo. No primeiro plano, eu queria parabenizar o que já foi redito aqui na nossa reunião, a respeito da nossa Deputada e do nosso Deputado, tanto federal quanto estadual, pela luta brilhante que eles vêm travando contra a nossa estrutura política do país com um relevante trabalho para a questão da educação no país. O nosso querido Giannazi aqui em São Paulo e a nossa querida Luciene lá em Brasília. E quero parabenizar também o nosso Vereador pela incentivo.

Mais uma coisa, meu nome, como todo mundo já sabe, eu sou o professor Eronilson Eduardo, sou professor do Estado, já estou em final de carreira. É muito discutido aqui na educação essa problemática que nós temos em questão do plano de aula, do plano nacional da educação. Tudo o que foi dito aqui, acredito que nós só vemos falhando em um detalhe, além da

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 44 DE 47

nossa luta, que é o espírito máximo da nossa democracia.

Enquanto nós não tivermos a democracia exata na educação, por não termos isso, temos retrocessos, tem o 8 de janeiro e por aí fora. E todos esses desmontes que nós vemos sofrendo na educação, por causa dos desgovernos e principalmente dessas últimas gestões, tanto federal quanto estadual, o plano educacional nunca é cumprido.

O que bastaria para nós seria simplesmente cumprir o sistema democrático da educação. Nós precisamos de uma escola realmente democrática, precisamos de uma escola realmente participativa em todos os segmentos da sociedade. Quando não se cumpre o piso nacional, não se é democrático. Quando não se cumpre o básico. Desde que eu entrei no Estado, em 93, precisa da nossa Deputada criar um projeto para que o professor tenha acesso básico a uma simples alimentação, não é democrático.

Quando nós temos toda uma estrutura educacional praticamente longe do que realmente é o interesse do trabalhador, da escola pública, da questão democrática, de fazer com que os nossos alunos sejam realmente participativos, que eles tenham engajamento, que eles sejam principalmente críticos, nós não formamos uma sociedade democrática.

E onde não há uma sociedade democrática, em que nós temos uma democracia que oscila, ocorre o que ocorre em nosso país de tempos em tempos. Então o que nós precisamos do Plano Nacional é realmente da democratização da nossa escola. Tudo o que nós falamos aqui perpassa pela educação e simplesmente pela democracia. Está certo?

Então é isso. Eu acho que o ponto básico que nós temos que não só reiterar na educação é a questão democrática. E no caso da nossa querida Deputada, ao expor o projeto na questão do EJA, é um dos aleijos antidemocráticos. Você cercear a questão do EJA, por exemplo; de não ter o mínimo de comunicação entre a unidade escolar e a sociedade ou a comunidade. Então essa seria principalmente uma luta que perpassa primeiro, como já disse, pela questão democrática. Está certo?

Então mais uma vez, eu queria agradecer a todos. E claro, o projeto de lei da nossa querida Deputada, nós deveríamos inserir, a meu ver, alguma questão relacionada à questão

social. Como, por exemplo, a questão do próprio Pé de Meia. E como o EJA tem que abranger todos os segmentos da nossa educação, nós poderíamos nos fazer, vou fazer um discurso agora que poderia até parecer neoliberal, né? Deus o livre! Mas que ele pudesse criar um elo entre o EJA e a questão... Terminou a formação do EJA, aquele aluno que está atrasado em relação à formação acadêmica, poderíamos criar um mecanismo para que ele tivesse acesso ao emprego. Poderíamos fazer um elo entre empresa e essa questão.

Eu tenho certeza de que com isso, por incrível que pareça, talvez até os neoliberais poderiam olhar de uma forma diferente. Então, no mais, é isso. Um beijo no coração do pessoal do Prisciliana. Trabalhei no Prisciliana há muitos anos atrás, fui professor do Prisciliana. Hoje estamos na zona Norte. Eu trabalho no Colégio Arnaldo Barreto, na zona Norte. Mas fui professor do Prisciliana. Conheço bem a zona Sul de São Paulo. Dei aula em vários lugares do Parelheiros, Vagem Grande, Grajaú. O nosso querido Giannazi é da região. Lembro do Giannazi quando ele começou a carreira dele como Deputado. Era diretor no Colégio da Dutra. Lembro dos primeiros que o ajudaram nessa luta sem fim na questão política e da nossa sociedade.

Mais uma vez, obrigado a todos. Um beijo no coração de todos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, professor Eronilson. Obrigado pela sua participação. E, para terminar aqui, vou chamar a Samira Monteiro Evaristo, da Escola Estadual José Osório Negrini. Boa volta para vocês. Então, a Samira, para terminar. A palavra é sua. Samira, a tribuna é sua. Que bom ter uma aluna falando também.

A SRA. SAMIRA MONTEIRO EVARISTO – Então, eu me chamo Samira. Sou aluna da Escola Estadual. E vim hoje falar sobre a estrutura, que muitas escolas não estão tendo muita estrutura por conta do número de alunos. Isso acaba danificando um pouco a escola e fazendo com que haja pouco material, como mesas, cadernos, livros etc., que são coisas bem importantes, principalmente na nossa escola.

Também, há muito risco de alagamento. A escola é muito alagada. Toda vez que chove, as escolas são alagadas, o que acaba sendo difícil porque estamos em momento de aula e temos que sair por conta do alagamento.

- Manifestação do público

A SRA. SAMIRA MONTEIRO EVARISTO – É, alaga. Sempre que chove, alaga.

Também, falta de professores. Em algumas escolas, principalmente na nossa, está havendo muita falta de professor. Não temos professores das aulas principais, por exemplo, português, matemática. Em muitas escolas não há e acaba havendo – como se fala? – professores eventuais. Isso é bem chato, também, porque não se passa o conteúdo que deve ser passado para a Prova Paulista. Não se passa nada do conteúdo que deveríamos ter aprendido, porque os professores eventuais não passam o conteúdo que será tema da Prova Paulista.

Também, sobre a Sala do Futuro. Na Sala do Futuro, está havendo bastantes erros ortográficos que nós, os próprios alunos, estamos sempre falando aos professores que estão sempre errando palavras bem simples. Aí fica desconfortável, também, para os professores, pois toda santa aula demora 20 minutos para entrar, fazer a chamada, mais 10 minutos para entrar na Sala do Futuro e mais 10 minutos para tentar projetar os *slides*, de modo que a aula acaba, pois só temos 45 minutos de aula. E aí, perdemos uma aula apenas para entrar um pouco.

É isso. (Palmas)

O PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Samira. É muito importante a sua colocação e você ter trazido esses pontos para a Deputada que está, também, acompanhando para implementá-los e brigar por melhorias nesse Plano Nacional de Educação.

Terminaremos aqui. Passarei a palavra para a Deputada Federal professora Luciene Cavalcante para fazer o encerramento da nossa audiência pública, agradecendo todas as escolas, professores e alunos que estiveram presentes.

Então, pelo adiantado da hora, queria agradecer a todos e passar para a Deputada Federal professora Luciene Cavalcante.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Quero agradecer todas as contribuições e dizer que achamos, também, que o debate com a sociedade deveria ser com mais tempo, com mais calma e que todo o povo brasileiro deveria se apropriar desse texto; mas, infelizmente, os prazos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 48

REUNIÃO: 21447 DATA: 16/10/2025 FL: 47 DE 47

não são dados nem realizados por nós. É a Mesa Diretora da Câmara que faz a tramitação desses prazos. Temos lutado para que haja mais participação social. Por isso, chamamos estas duas audiências para podermos divulgar o máximo possível e ampliar esse debate.

Quero, também, dizer que tenho um projeto de lei que já foi aprovado na Comissão de Educação, que cria a bolsa EJA, como o Pé-de-Meia, para o Ensino Fundamental. Já foi aprovado na Comissão de Educação e está tramitando. Essa é uma das emendas que proporemos para que seja incorporada, agora, nesse novo relatório apresentado. Levarei, também, todas as contribuições apresentadas aqui para lutarmos na Comissão Especial para serem aprovadas.

Muito obrigada pela participação. Obrigada, Norma, Carlos, Sérgio, todas as escolas, todos os professores, todos os estudantes. É assim, de forma coletiva, que avançamos, que nos organizamos, que lutamos em defesa da educação.

Muito obrigada e declaro encerrada a presente audiência pública em conjunto com as Câmaras Federal e Municipal da cidade de São Paulo. (Palmas)